

ATA DA 088ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dóia Guglielmi - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jorge Teixeira - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham a presente sessão, fizemos ontem, no plenarinho desta Casa, o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público de Qualidade. Esteve presente o deputado Sargento Amauri Soares, que também subscreveu o requerimento para a instalação dessa frente.

Quando se fala em qualidade do serviço público, em qualidade no atendimento ao cidadão, em obras públicas, em educação, em segurança, a primeira lembrança que temos é sempre a questão dos recursos, dos investimentos, e nesse contexto muitas vezes nos esquecemos do que é fundamental para que tudo funcione bem, para que o serviço público funcione; o servidor público.

E foi pensando nesses aspectos todos que propusemos a criação da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público de Qualidade, com o objetivo de debater, propor estudos, fiscalizações e mobilizações sociais. O debate e a cobrança pelo fiel cumprimento das Constituições Federal e Estadual, especialmente no que diz respeito aos princípios básicos que regem a administração pública, ou seja, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência do serviço público.

Para que isso realmente aconteça, concordamos ser essencial promover o funcionalismo e a continuidade no serviço público. E essa continuidade se dá pela contratação de servidores efetivos através de concursos públicos, para que o servidor possa prestar um melhor serviço à comunidade.

Ao mesmo tempo, quando se fala em serviço público, é preciso pensar em todas as esferas, inclusive a municipal. E a Federação dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal foi justamente uma das grandes motivadoras para que constituíssemos essa frente, já que é na esfera municipal que o cidadão está mais próximo. O primeiro atendimento que o cidadão busca é o serviço público municipal, deputado Altair Silva, que está mais próximo dele.

Também temos o orgulho de presidir a Frente da Saúde do Trabalhador, que realizou um evento na semana passada que mostrou a situação em que se encontram algumas categorias, especialmente em relação à pressão psicológica e à sobrecarga de trabalho vivida.

Na área da segurança, temos cerca de 12 mil policiais militares em Santa Catarina, deputado Sargento Amauri Soares - v.exa. que representa tão bem essa categoria - , mas em 1980, quando nosso estado tinha apenas 3,2 milhões de habitantes, a PMSC contava com 11 mil policiais. Hoje o estado está com uma população de sete milhões de habitantes e continuamos com o mesmo efetivo.

Então, é óbvio que isso provoca uma sobrecarga de trabalho, é óbvio que isso não fornece as

condições necessárias para que esse segmento possa trabalhar com dignidade. E assim também acontece em outras áreas, em outros segmentos.

Portanto, a nossa pretensão é colocar em debate a questão do serviço público e as condições de trabalho, para que tudo isso tenha um único e grande objetivo: um atendimento de qualidade para a população. Somente assim tem sentido a existência do poder público: atender bem o cidadão nas suas necessidades, principalmente em tempos em que as pessoas estão mais conscientes e reivindicando mais os seus direitos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público aqui presente que acompanha a sessão desta manhã de quinta-feira e também pela TVAL ou pela Rádio Alesc Digital, quero tratar, de forma mais generosa, sobre o assunto ao qual me referi no final do meu pronunciamento de ontem à tarde, ou seja, o episódio da minha expulsão do PDT, minha filiação ao PSOL e as perspectivas futuras, além, evidentemente, do debate atual, conjuntural.

Quero começar o meu pronunciamento lendo uma nota de apoio do ex-senador Jaison Barreto, um ícone da política catarinense.

(Passa a ler.)

"Este episódio da expulsão do deputado Sargento Amauri do PDT é emblemático e obriga os homens de bem e os que têm um mínimo de honestidade intelectual a entender a dificuldade de se legislar sobre reforma política e uma reforma eleitoral que não permitam distorções e deformações como esta.

Esse é um desafio que o país vai ter que enfrentar. Claro que há necessidade da fidelidade partidária. Ninguém é contra a obrigação de um mínimo de disciplina partidária. Mas na realidade brasileira, onde partidos políticos são dominados por minorias, de alta periculosidade inclusive,

que ousam até mesmo, a exemplo do PDT, afrontar a própria autoridade moral da presidente da República Dilma Rousseff, ameaçada pelos jornais de ser denunciada ou acusada em função de, como disse o ministro do Trabalho Manoel Dias, coisas impublicáveis.

Esse tipo de comportamento precisa ser denunciado, e haverá de se criar uma instância, pelo menos na Justiça Eleitoral, que garanta que os eleitores legitimamente, decentemente, fruto do seu trabalho, da sua vida pública, do seu patrimônio moral e ideológico, não sejam violentados pelos que, sem voto, sem postura e sem ética se apossam de maneira cartorial do domínio dos partidos.

Do deputado Sargento Amauri Soares não conheço um malfeito, um gesto menos nobre, um sinal de fisiologismo, algo que o desabone. Defende, inclusive, interesses de categorias profissionais fundamentais para a segurança da sociedade brasileira - Aprasc.

Pouco importa discordar pontualmente de algumas ideias suas. Garantir o seu mandato é uma obrigação moral de quem defende democracia nesse país.

Saudações democráticas,
(a) Jaison Barreto." [sic]

Então, quero agradecer, de público e desta tribuna, a generosidade peculiar desse grande Jaison Barreto, dizer que a sua nota nos enobrece, orgulha-nos e incentiva-nos a, no uso desta tribuna e do mandato parlamentar, continuar cumprindo de forma digna e correta os compromissos assumidos com as bases da sociedade catarinense e da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Quero agradecer todas as manifestações de apoio, de solidariedade feitas pessoalmente pelos colegas deputados, inclusive por lideranças políticas deste estado, dos mais diferentes partidos, por lideranças populares e por dirigentes de entidades da classe trabalhadora.

Evidentemente não poderia deixar de citar os irmãos de farda, praças da Polícia Militar e do

Corpo de Bombeiros, além de oficiais, que se têm manifestado em solidariedade à nossa posição.

Há dezenas de militantes e lideranças do PDT que, embora continuem no partido, manifestaram de forma escrita sua solidariedade às nossas posições, expressando, em muitos casos, sua repulsa à atitude da direção partidária. Desses do PDT, não cito nomes, porque é importante que tenham liberdade para continuar desenvolvendo a sua militância no caminho onde estão.

Quero dizer a todos esses militantes pedetistas que guardam os compromissos brizolistas e trabalhistas, que foi uma honra conviver com eles durante todo esse tempo e que, independentemente, de filiação partidária, quem luta efetivamente por uma sociedade nova estará sempre junto. É essa a nossa vontade, é essa a nossa determinação, é esse o nosso princípio e o nosso método de trabalho.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Sargento Amauri Soares, eu não poderia deixar de fazer este aparte, não pela sua escolha pelo PSOL, que é um partido de respeito, mas pela postura que tem mantido nesta Casa. Posso até concordar ou não com algumas posições suas, mas tenho certeza de que todos respeitam a sua seriedade, o seu trabalho, a sua retidão de propósitos e o seu empenho em relação às causas em que acredita, sempre com coerência e na defesa dos interesses comunitários.

Portanto, v.exa., entendo eu, é um deputado a ser mencionado no aspecto positivo do trabalho, da seriedade. Continue assim. Desejo-lhe sucesso nessa nova etapa partidária, pois quem perdeu foi o seu antigo partido.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta, um grande líder do Partido dos Trabalhadores nesta Casa. Ficamos muito satisfeito com sua manifestação.

Gostaria de dizer que estaremos à disposição para reorganizar o bloco de forças sociais que lutam pela transformação socialista da sociedade catarinense e brasileira. Não temos pretensão de carreira política, não somos carreiristas, nunca fomos, estamos à disposição. Se possível, apenas como militante, mas evidentemente que se nos for colocada a tarefa pelo sujeito coletivo, estaremos à disposição para concorrer a qualquer cargo eletivo, inclusive na eleição do ano que vem.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para informar e convidar para o debate público que realizaremos na noite de amanhã, dia 4 de outubro, às 19h, no plenarinho Paulo Stuart Wright, da Assembleia Legislativa, com a presença do deputado federal Ivan Valente, presidente nacional do PSOL, Plínio de Arruda Sampaio, ex-candidato a presidente da República, o vereador Afrânio Boppré, que é ex-deputado estadual e presidente estadual do PSOL. Teremos ainda como convidados Ronaldo Rocha, da direção nacional da refundação comunista, e Pedro Otoni, da direção nacional das brigadas populares.

O evento se chama Construindo o Projeto Popular, e vamos começar a debater, evidentemente, de forma mais ampla e depois chamar outros seminários e outros debates para aprofundar a discussão a respeito da construção de um projeto popular para o estado de Santa Catarina.

Por fim, gostaria de dizer que recebi uma nota, que é bastante grande, infelizmente não conseguiria ler em poucos segundos, do presidente do Partido Pátria Livre, PPL, sr. Fabiano, fazendo um registro histórico importantíssimo: hoje e Petrobras completa 60 anos de vida. Há exatamente 60 anos foi criada essa empresa nacional, sobre a qual é necessário fazer uma reflexão sobre a sua importância para o país.

Quiçá ela continue pelo menos majoritariamente pública, e desde já manifestamos a nossa posição, que é a mesma do PPL, contra a sua privatização. Essa é a posição do presidente do PPL e de outras forças populares que participaram, inclusive, do

governo Lula e que se posicionam contra esses leilões que estão sendo realizados.

Esse é um assunto que merece e precisa mais debate do que tem havido na sociedade brasileira e nós voltaremos a esse tema desta tribuna e nas bases sociais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não havendo mais oradores inscritos em Breves Comunicações, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quinta-feira, o primeiro espaço pertence ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, gostaria de dar continuidade ao tema abordado pelo deputado Sargento Amauri Soares sobre a Petrobras.

Estava na minha programação também comentar a respeito e sobre o quanto representa essa empresa no contexto da economia nacional e nos investimentos em pesquisa que a transformaram na maior empresa de prospecção de petróleo de profundidade em alto mar.

Quero fazer o registro e convidar todos para, no dia 8 de outubro, às 16h, nesta Assembleia, um seminário sobre Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária, no qual estará presente o presidente da Anvisa, o companheiro Dirceu Barbano, bioquímico, figura de grande capacidade técnica.

Esse seminário ocorre em função de uma decisão política governo federal, da presidenta Dilma Rousseff, no sentido de que a Anvisa desça do pedestal e vá aos municípios e estados discutir um novo conceito de economia.

A Anvisa precisa, juntamente com as Vigilâncias Sanitárias dos estados e municípios, além de exercer o seu poder de polícia, também fomentar a microeconomia dos estados e das pequenas cidades. Se observarmos a economia solidária, a agricultura familiar e tantos outros pequenos negócios que existem pelo interior do país, veremos que as regras da Anvisa para uma

grande empresa são as mesmas para uma pequena empresa do interior, que faz um pequeno chocolate e não consegue comercializar o produto.

A Anvisa, após a audiência pública realizada em Brasília, da qual participamos, assumiu uma nova postura, ou seja, desenvolver uma política de inclusão produtiva com segurança alimentar, sem flexibilizar a questão da saúde, mas permitindo que pequenos produtores e comerciantes consigam ter a sua produção vendida no comércio local, estadual e nacional com regras pré-estabelecidas. Então, finalmente, vamos tirar a farda da Anvisa.

Esse processo todo se deu com a participação do ministério do Desenvolvimento Agrário, através do ministro Pepe Vargas; do ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella; do presidente do Sebrae, Luiz Eduardo Pereira Barretto; e do ministro da secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingues, tendo em vista que o microempreendedor individual também entra no contexto da Anvisa para criar uma nova dinâmica para fomentar a economia.

Sabemos que temos muitos passos para andar tendo em vista que a produção animal passa pelo ministério da Agricultura, que ainda é muito burocrático. O ministério da Agricultura vive o conceito do agronegócio e da agroindústria, e nós precisamos permitir que o pequeno produtor de salame, de queijo, de embutidos em geral e de outros derivados também tenham condição de comercializar local, estadual e nacionalmente. A Europa funciona desse jeito. Uma pequena cooperativa agrícola pode vender para a Europa inteira, como vimos na Itália. Sabemos que o Brasil precisa avançar nisso. E aí vamos fazer um esforço para que o ministério da Agricultura caminhe na mesma lógica da Anvisa.

Por isso, o presidente da Anvisa, o secretário executivo do ministério da Agricultura, o Sebrae, as Vigilâncias Sanitárias e o ministro do Desenvolvimento Agrário estarão acompanhando esse seminário. Estamos convidando todos os prefeitos, os vereadores, os secretários de Desenvolvimento

dos municípios para que passem a discutir esse novo modelo de trabalho.

Esta semana soube de uma experiência contada por um vereador do Rio do Campo, cujo prefeito, Rodrigo Preis, nos visitou hoje pela manhã. Naquele município, uma pequena família teve fechado o seu estabelecimento porque a Vigilância Sanitária disse que água não era adequada. E pelo que me contaram, para adequá-la bastaria colocar algumas gotas de hipoclorito de sódio, que há em qualquer posto de saúde. Mas em vez de orientar o agricultor, fecharam seu estabelecimento. Essas são as incongruências das Vigilâncias Sanitárias, que não têm uma visão fomentadora da economia.

Por isso, no dia 8 de outubro, terça-feira, às 16h, no auditório da Assembleia Legislativa, realizaremos esse seminário, para o qual desde já convidamos todos a participarem.

Quero solidarizar-me com o deputado Sargento Amauri Soares e dizer-lhe que gostaríamos de tê-lo em nosso partido, pela sua postura firme, sempre decisiva. Como não foi possível, queremos parabenizá-lo pela decisão de ir para o PSOL, um partido que tem pregado mudanças neste país, às vezes de forma meio sectária, porém compreensível.

Por isso, repito, a nossa solidariedade e o nosso respeito por haver escolhido um partido que faz parte da história do Brasil, pois grande parte dos seus militantes saiu do PT, a exemplo do vereador Afrânio Boppré, presidente do PSOL de Santa Catarina, que foi deputado pelo Partido dos Trabalhadores.

Sr. presidente, ainda que rapidamente, quero fazer menção ao contexto econômico brasileiro no momento atual.

Nós tivemos, no governo Lula, o presidente do Banco Central com maior tempo de permanência no cargo, que foi o Henrique Meirelles, que conduziu de forma firme o BC durante aquele governo. Depois de Henrique Meirelles, assumiu Alexandre Tombini, atual presidente, que já é o segundo presidente com mais tempo à frente de uma instituição como o BC, tendo em vista as trocas sucessivas que havia anteriormente.

O que vimos observando é que há alguns economistas "urubu de poleiro", que vivem pregando que a economia deste país não vai bem e que o Brasil não está desenvolvendo-se. Agora, por exemplo, estão questionando a Petrobras, inclusive, a jornalista Miriam Leitão que, na verdade, é outra "urubóloga" do governo, afirmou que a Petrobras viu cair o preço de suas ações.

Em primeiro lugar, quem é acionista da Petrobras sabe que ela é uma empresa sólida e que no nosso governo somente tem agido no sentido de consolidá-la. Além disso, preço dos combustíveis não aumenta toda semana como ocorria em outros governos.

Em segundo, a Petrobras continua investindo muito na área de tecnologia de prospecção de petróleo e agora está indo para o Japão buscar parcerias com empresas japonesas.

Em terceiro lugar, quanto ao leilão do campo de Libra, da Petrobras, estão criticando porque as quatro maiores empresas de petróleo do mundo não vieram. Qual é o problema se não vieram? Elas queriam comprar a Petrobras no passado, inclusive, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso já havia, na Bolsa de Valores de Nova Iorque, outro nome para a empresa! Ou não?

Então, só porque não vieram as duas maiores companhias americanas dizem que o leilão está fadado a não ser um sucesso?! A verdade é que está ocorrendo uma desconcentração da economia do ponto de vista das grandes empresas petrolíferas.

Agora, que participarão do leilão a terceira e a quarta maiores companhias chinesas eles não dizem. Também omitem que virá também a maior empresa de petróleo mexicana, além de companhias francesa, belga, norueguesa e colombiana.

Que país é este que gera emprego, que praticamente não tem desemprego e está em crise? Quiseram fazer um comparativo com o crescimento alemão, sendo que a Alemanha e os Estados Unidos juntos não cresceram o que cresceu o Brasil no ano passado e o que vai crescer este ano.

A verdade, catarinenses, é que o nosso governo tem sido de vanguarda quanto ao crescimento econômico e quanto à geração de emprego e renda!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Na ausência de representantes do DEM que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Altair Silva, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Quero saudar todos os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio Alesc Digital e fazer um registro acerca de uma empresa que nasceu na cidade de Seara e que hoje é uma das 100 maiores distribuidoras de alimentos do país, que é a Finco Alimentos, que completou 20 anos de atuação no segmento e que é dirigida pelo nosso amigo Mauro Finco.

Hoje pela manhã e ontem à noite recebi ligações de lideranças do município de Saltinho, no oeste de Santa Catarina, localiza a praticamente 100km de Chapecó, em direção do Paraná. O referido município, na última sexta-feira, sofreu uma forte chuva de granizo, que atingiu aproximadamente 700 moradias e as atividades agrícolas com prejuízos enormes. No sábado foi acionada a Defesa Civil, sendo que na terça-feira já estavam sendo consertados os telhados das casas - mais de 18 mil telhas Eternit, que chegaram a Saltinho em carretas, foram utilizadas.

Por isso, as lideranças daquele município solicitaram que fizéssemos uso da tribuna para agradecer ao estado de Santa Catarina, especialmente à equipe da Defesa Civil, que teve uma ação rápida e atendeu muito bem a comunidade.

Quero agora me referir à Efapi, que terá início neste final de semana, em Chapecó, cidade pela qual fui adotado e onde resido há

praticamente 30 anos. Trata-se da maior feira multissetorial do sul do Brasil e compara-se às grandes feiras nacionais, como, por exemplo, a Expointer.

Eu tenho uma ligação muito forte com o setor agrícola e para termos uma base, na região de Chapecó, comparada ao Brasil ou o grande oeste, a bacia leiteira já é uma referência do crescimento para a economia da nossa região.

O crescimento médio da produção leiteira no Brasil é algo em torno de 4% ao ano, ou seja, um pouco maior que o crescimento da própria economia nacional. Mas o crescimento da bacia leiteira do grande oeste de Santa Catarina está na faixa de 17,1%, tornando o nosso estado o quinto maior produtor de leite do país. Estamos atrás apenas de Goiás, que é o quarto produtor, do Paraná, que é o terceiro, do Rio Grande do Sul, que é o segundo, e de Minas Gerais que, com 27,3% da produção nacional, ocupa disparadamente o primeiro lugar.

Mas Santa Catarina, que tem apenas 1% do território nacional, tem 7,9% da produção brasileira de leite, sendo que desse percentual, 70% estão localizados no grande oeste.

A Efapi, que é a maior festa de Chapecó, será realizada este ano de forma muito especial, pois estamos aguardando a participação de mais de 650 expositores, com uma expectativa de comercialização na ordem de R\$ 120 milhões.

Também nesta sexta-feira, em Chapecó, será reinaugurada a antiga rua Araras, rebatizada de avenida Deputado Federal Ernesto José de Marco, que desafogará o trânsito da região onde se realiza justamente a grande Efapi, região que tem crescido muito e onde se concentram as universidades e as grandes agroindústrias do município.

Portanto, estamos aproveitando este momento para convidar todos para participarem da Efapi. Espero, inclusive, que a bancada estadual esteja presente à abertura da feira, que ocorrerá no próximo sábado, às 10h30. Ficaremos muito orgulhosos com a presença de todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital, alunos e professoras que estão visitando-nos, sejam bem-vindos a este Parlamento. Esta Casa é de vocês, acho muito legal essa participação, porque quando eu tinha a sua idade não tive essa oportunidade.

Quero falar rapidamente, sr. presidente, no horário do meu partido, que eu tive a honra de ser convidado a palestrar num evento mundial sobre gestão de resíduos sólidos, a RWM Brasil que há 43 anos faz esse evento no Reino Unido e na Europa. E pela primeira vez, em 43 anos, esse evento saiu da Europa, veio para as Américas e foi realizado em São Paulo.

Como o pessoal que trabalha nessa área de gestão de resíduos soube do trabalho que eu e outros deputados fizemos em relação ao Código Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina, dando um pouco mais de segurança jurídica para essa questão, fui convidado para ser um dos palestrantes. E eu o fui, na última terça-feira, representando esta Casa.

Quero mostrar para os catarinenses um pouco do que eu apresentei lá na última terça-feira.

(Procede-se à exibição de *slides*.)

Eu falei sobre a atuação do poder político de Santa Catarina na implantação de políticas de atendimento ao tratamento de resíduos sólidos feitos pelo setor privado. Mostrei alguns considerandos sobre a geração média diária de resíduos estimada em um quilo por habitante.

Em todos os países do mundo o serviço de coleta começou antes do tratamento. Depois veio a criação dos lixões a céu aberto.

A mudança de valores veio depois do Protocolo de Kyoto, que foi organizado nos anos 80 pela ONU para evitar o efeito estufa. Mudaram-se os conceitos, o lixo passou a ser visto como a fonte de recursos naturais para o futuro.

Fiz também uma análise da produção e do tratamento urbano de resíduos na União Europeia. Pelas imagens, podemos observar que a incineração, incluindo a recuperação energética, subiu, de 1995 para 2010, 66%; que a reciclagem de material subiu 163%; que outro tipo de reciclagem, incluindo a compostagem, subiu 157%, e que houve uma diminuição de 37% no depósito sobre o solo ou no seu interior.

Abordei o trabalho de pesquisa que fiz de países da União Europeia e da Suécia, que começou o tratamento de resíduos na década de 40, que hoje tem 45% dos resíduos totais com reciclagem e que 100% dos resíduos sólidos já não vão mais para depósito em aterros sanitários.

Fizemos um comparativo, sr. presidente, do Brasil, dos Estados Unidos e da Suécia, que foi fruto do nosso estudo. No Brasil continuamos ainda colocando lixo nos aterros sanitários e nos lixões - 89% ainda vão para lá. Nos Estados Unidos apenas 54% vão para os aterros sanitários e na Suécia apenas 9,7% vão para lá.

Sobre a incineração no Brasil ainda não temos índices que possam ser registráveis. Nos Estados Unidos o índice é de 13% e na Suécia, de 46%.

Quando se trata de reciclagem com compostagem: no Brasil temos apenas 11%, nos Estados Unidos já alcança 32% e na Suécia, 43%.

Em termos de realidade americana, em 2010 foram geradas 250 mil toneladas de lixo urbano. Isso representa 1/3 de todo lixo (resíduo, produção) do mundo, sendo que 50% foram despejados em aterros sanitários, 35% foram reciclados e 15% foram queimados.

Vejam só que os Estados Unidos produzem quase 50% do lixo eletrônico do mundo, mas somente 10% são reciclados. O resto está indo para o porto de Itajaí. Esses dias pegamos um *container* com tubos

de televisores que vieram dos Estados Unidos para cá como vidro reciclável.

Temos uma evolução na reciclagem do lixo nos Estados Unidos. Houve um aumento bastante grande a partir da década de 80. Em 85 era de 10%, em 90 passou para 32% e chegou a 85% o total de reciclagem dos produtos nos Estados Unidos.

Em 1990 houve a aprovação de lei que estabeleceu uma linha de base para a quantidade de resíduos sólidos. Em 1995, o montante deveria ser reduzido em 25% e até 2000, em 50%.

A Califórnia desvia mais de 25% dos seus resíduos. Isso quer dizer que houve eliminação de 33 milhões de toneladas por ano. E a maioria vem do corte da reciclagem.

Agora duas coisas muito interessantes, a Califórnia, deputado Romildo Titon, iniciou, na década de 70, a elaboração da legislação sobre a obrigação de reciclagem e diminuição de lixo para aterro sanitário e hoje aquele estado americano alcança 50% de tratamento, ou seja, 43 anos depois eles estão em 50%.

Já na Suécia, onde estivemos - e v.exa. foi também, deputado Romildo Titon -, houve a elaboração da legislação a partir da década de 40, o que fez com que nos dias de hoje aquele país já recicle 100% do lixo produzido.

Em Londres, a legislação municipal está subordinada a regras regionais que estabelecem as diretrizes e a estratégia no trato da reciclagem.

Esse estudo, deputado Silvio Dreveck, foi a base para que pudéssemos apresentar emendas ao projeto que criou o Código do Meio Ambiente do nosso estado com relação ao tratamento do lixo.

No tocante à evolução da legislação, vemos que em 1990 houve a introdução do condicionador especial para reciclagem; em 1994 começaram a aparecer os eletrodomésticos ecologicamente corretos, e por aí afora. Ou seja, observa-se que de 1987 até 2006 o lixo foi sendo produzido e a lei foi correndo atrás para diminuir o impacto ambiental, até chegarmos ao processo da cidade de London, província canadense de Ontário, que tem um dos sistemas mais baratos e eficientes do Canadá.

Lá a administração municipal é que cobra as taxas específicas pelo serviço, a iniciativa privada assume os custos pela coleta e os cidadãos acabam pagando 72% dessas despesas com a recuperação ambiental dos antigos lixões.

Há uma pesquisa do Ipea que fala sobre a tonelagem que o Brasil produz de lixo. Vejam a importância de discutirmos este assunto aqui, srs. deputados e quem está acompanhando-nos! Fizemos um cálculo e percebemos que se pegássemos o lixo produzido por ano no Brasil, só no Brasil, e enchêssemos caminhões e colocássemos um atrás do outro, teríamos uma fila que daria 23 vezes a volta à Terra! Ou se fossemos depositar isso em lixões ou aterros sanitários, seria necessário colocar sacos de lixo numa área equivalente a 170 mil campos de futebol! Agora, se reciclássemos todo esse lixo, poderíamos gerar uma renda de R\$ 4,6 bilhões!

Com relação aos resíduos agropastoris, se aproveitássemos o resíduo da produção de cana de açúcar, teríamos um potencial energético, deputado Romildo Titon, maior do que o gerado pela Usina de Itaipu. Se pegarmos as 13 maiores culturas no país, saberemos que geram 291 milhões de toneladas de resíduos, o que equivale a 23 mil megawatts por ano de energia gerada somente no Brasil.

Deputado Silvio Dreveck, a legislação nacional prevê que toda reciclagem deve ser feita por cooperativas ou associações de pessoas de baixa renda, o que acaba representando um problema, porque essa prioridade está fazendo com que alguns espertalhões formem cooperativas, paguem o preço de um copo de cachaça para quem cata o lixo e vendam a preço de ouro para as empresas que reciclam.

Há também uma pesquisa feita em 83 organizações coletivas, que comprovou que apenas 14% dessas organizações têm alta eficiência. A maioria é de baixa eficiência. O que é alta eficiência? É a formação de alas de forma organizada, com prensas, balanças, carrinhos, galpões próprios, com capacidade de ampliar a estrutura física com conhecimento de causa. Já a

baixa eficiência é representada por aquelas organizações - e é a maioria - com pouco equipamento, sem galpão próprio, sem treinamento e sem conhecimento da área. Ou seja, nós temos a grande maioria das organizações de catadores numa situação bastante complicada, até porque, segundo uma pesquisa da Universidade do Rio Grande do Sul, 63% dos catadores de lixo dependem da Bolsa Família para sobreviver.

O art. 291 do Código Ambiental de Santa Catarina, deputado Silvio Dreveck, mantém a mesma redação do Plano Nacional de Gestão de Resíduos, mas nós acrescentamos o parágrafo único que prevê que não havendo, não estando formalmente instituídas as cooperativas ou não tendo capacidade para a seleção do lixo de forma adequada, o serviço poderá ser prestado por empresas particulares, obedecendo à legislação.

Com isso demos segurança jurídica para que as empresas possam ver o lixo como algo que pode gerar energia e riqueza para as pessoas.

Sr. presidente e srs. deputados, como muita gente gosta de me dizer que a nossa cultura é diferente, criei uma frase para rebater os incrédulos: onde a cultura não alcança, a lei obriga a chegar. E é isto o que nós temos que fazer aqui: elaborar uma legislação que melhore a questão do tratamento dos resíduos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do espaço destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que acompanha esta sessão, primeiramente quero dar as boas-vindas ao deputado Altair Silva, que está voltando a esta Casa, à bancada do PP, e que com sua experiência e inteligência política haverá somar-se aos demais deputados.

Srs. deputados, há muito tempo gostaria de ter abordado este assunto e mostrado a minha

indignação com relação aos acidentes rodoviários que acontecem neste estado. Somos, no Brasil, o estado número um em acidentes com vítimas tanto fatais como também as que ficam com sequelas. O jornal *Notícias do Dia* trouxe uma matéria da jornalista Letícia Mathias, que faz um diagnóstico da Grande Florianópolis acerca desse problema e que acho importante deixar registrado nos anais desta Casa.

(Passa a ler.)

"Acidentes superlotam os hospitais. Semana do Trânsito. Acidentados representam mais da metade dos atendimentos nas emergências.

Motociclista, homem entre 20 e 35 anos. Esse é o perfil da maioria das pessoas envolvidas em acidentes na Grande Florianópolis, segundo estatísticas dos hospitais e relatos dos profissionais de saúde e dos próprios acidentados. Muitos dos acidentes ocorrem por imprudência, seja do motociclista ou de motoristas de veículos envolvidos nas colisões. Os médicos que atuam nas emergências perdem as contas de quantos atendimentos de acidentes de trânsito fazem e apontam a situação como uma epidemia. Na Semana Nacional de Trânsito eles são unânimes para uma solução: a vacina e a cura só estão disponíveis na educação e nas mudanças radicais na mobilização urbana.

Libório Soncini, cirurgião e diretor do Hospital Celso Ramos, de Florianópolis, tem 35 anos de experiência em emergência. Ele afirma que há 20 anos apenas 10% dos atendimentos nos hospitais eram de pessoas acidentadas. Hoje, esse mesmo grupo corresponde a 53% dos atendimentos, sendo que, destes, 90% são acidentes com motocicletas. 'O hospital é que está tratando dessa epidemia não causada pela saúde, mas a vacina não está conosco. Há outras doenças para serem tratadas, mas os acidentados ocupam mais da metade do hospital. Por patologia e individualmente é o maior custo do hospital', afirma.

De acordo com os médicos, é difícil um acidente de trânsito sem sequelas. Raramente os

envolvidos saem 100% ilesos. Além disso, as vítimas não são apenas os envolvidos diretamente na ocorrência, mas também a família, que dá o suporte durante a permanência no hospital e principalmente depois, no período de recuperação, que pode levar meses ou anos.”[sic]

Faço esse pronunciamento porque na semana passada tive a felicidade de receber em meu gabinete o professor Ademir Viana, que há muito tempo faz um estudo sobre essa problemática em Santa Catarina. Ele apresentou recentemente à secretaria de estado da Educação a proposta de que seja inserida, como disciplina obrigatória ou complementar, a questão da educação no trânsito. E o objetivo seria, através de cursos de ensino a distância, iniciar uma nova fase em nosso estado, que passe pela educação.

Todos já passamos por experiências entre amigos e familiares, e eu mesmo perdi a minha irmã e meu cunhado vítimas de acidente fatal na BR-116. Eu, há cinco anos, sofri um acidente na BR-470 e ainda sofro com as sequelas, com tratamento, fisioterapia.

As estatísticas das Polícias Rodoviárias Federal e Estadual em Santa Catarina mostram que ocorrem 32 mortes decorrentes de acidentes nas rodovias do estado. É claro que nos finais de semana esse índice aumenta, chegando a uma média de 12 ou 13 pessoas. Isso já é uma epidemia!

Então, uso a tribuna no horário do meu partido para iniciar uma luta dedicada a essa causa. Quero abraçar esse movimento junto com outros deputados que já se pronunciaram nesse sentido, a fim de fazer com que a Assembleia Legislativa entre no circuito de uma campanha e que o estado, através da secretaria de Educação, abrace essa ideia, para que os nossos alunos sejam educados para o trânsito desde pequenos. Tenho certeza de que se isso obtiver sucesso, teremos um exemplo promissor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -
Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0205/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que terá o seu encaminhamento conforme o Regimento Interno.

Também comunica que a comissão de Direitos Humanos apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0444/2013, 0452/2013, 0453/2013, 0473/2013, 0483/2013, 0494/2013, 0524/2013, 0530/2013, 0533/2013, 0588/2013, 0571/2013, 0611/2013, 0632/2013 e 0635/2013, todos encaminhando documentação de manutenção de título de entidade social.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0295/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0327/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0652/2013, de autoria do deputado Gilmar Knaesel; 0653/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes; e 0654/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Igualmente, esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 1.076/2013, 1.077/2013, 1.078/2013, 1.079/2013 e 1.080/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; e 1.081/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos

acompanha, servidores da Assembleia Legislativa, nossos companheiros de trabalho no dia a dia.

O deputado Gilmar Knaesel falava a respeito das questões de trânsito e ontem, inclusive, manifestei-me desta tribuna em relação à faixa de segurança, à campanha de proteção aos pedestres.

Fizemos uma reunião com as autoescolas, os CFCs do estado, buscando uma parceria para campanha através da comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, e hoje trouxe alguns materiais a respeito de campanhas nacionais sobre o trânsito.

Realmente, o trânsito tem sido responsável pelo maior número de vítimas entre a população ativa deste país. Os trabalhadores, os jovens na faixa etária de 25 a 30 anos são vítimas de acidentes de trânsito, muitas vezes em função do binômio álcool + direção.

A sociedade tem que encarar esse problema e aderir à campanha que diz: Beber ou dirigir, decida antes de sair. E nós queremos ampliar essa campanha, divulgar em todo o estado, principalmente nas escolas. Inclusive, ontem conversando com representantes da Associação dos Centros de Formação de Condutores, soubemos que algumas dessas escolas têm feito, por iniciativa própria, campanhas com o apoio de escolas, e que principalmente nas escolas municipais e particulares têm encontrado muito incentivo.

Estamos estudando há algum tempo essa questão, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que faz parte da comissão de Segurança Pública, principalmente com relação à proteção do pedestre nas cidades, da velocidade nas estradas, do consumo de bebida, dos acidentes fatais nas rodovias. O trabalho está sendo preparado, existe o objetivo de propagar a campanha nas escolas, de promover o debate em todo o território estadual, a fim de que tenhamos palestras e discussões envolvendo toda a sociedade catarinense.

O maior número de vítimas de atropelamento são as crianças e os idosos. As crianças pela sua falta de atenção natural, pela sua espontaneidade e muitas vezes também pela falta de cuidado e

respeito de alguns motoristas. E os idosos porque já perderam um pouco da audição, da visão, da sensibilidade. Inclusive, temos que fazer nos municípios campanhas de respeito ao pedestre na faixa de segurança.

Por isso, quero somar-me ao deputado Gilmar Knaesel, para que possamos incrementar esse trabalho em nível estadual. Já existem campanhas com a participação do governo federal, do SUS, que é um dos grandes interessados, pois o número de leitos para politraumatizados é muito grande, portanto, é um problema de saúde pública. Também temos a prefeitura de Florianópolis, o governo estadual e várias entidades que estão agregando-se a essas campanhas de prevenção.

Mas pretendemos, sr. presidente, que toda a sociedade se envolva para termos uma redução gradativa do número de vítimas. E como já foi dito desta tribuna, uma pessoa por dia perde a vida em nosso estado, normalmente quando está numa grande fase da vida, de estudo, de trabalho, de motivação, e geralmente por imprudência, por falta de atenção.

Há outro assunto que quero abordar - e não quis usar o tempo do deputado Sargento Amauri Soares. Eu já mudei de partido também, deputado, e sei como é. V.Exa. é um homem determinado nos seus objetivos e na sua forma de pensar, prega o que acredita e realmente pratica aquilo que pensa. Além disso, sempre procura agir de acordo com a sua consciência.

Tenho respeito por todos os partidos políticos. Antigamente, achava-se que havia partidos melhores e partidos piores. Hoje vemos que o problema ou a solução está no ser humano. Existem pessoas sérias em todos os partidos. Portanto, a solução está nos políticos e não num partido político, numa ideologia.

Parabenizo v.exa. porque acompanho a sua trajetória. Eu o conheço desde a época de presidente da Aprasc e sei da sua dedicação e das viagens nos finais de semana para trabalhar. Em tudo o que v.exa. se empenha, realmente o faz de coração.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Ouço v.exa.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Maurício Eskudlark, muito me alegre e orgulha-me a sua manifestação. Quero tão somente agradecer as suas belas palavras e, sem querer tomar o seu tempo, dizer que estaremos trabalhando juntos em tudo que for possível pelo fortalecimento da segurança pública no estado de Santa Catarina.

Gostaria de parabenizá-lo pelos seus pronunciamentos de ontem e de hoje acerca da necessidade de educação para que haja maior respeito às faixas de segurança de pedestres, a fim de que possamos proporcionar maior segurança e menos traumas à sociedade catarinense, já que a violência no trânsito é um problema de saúde pública no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado pelas belas palavras. Estamos à disposição para a boa política em nosso estado.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Nós, que sempre procuramos conciliar as coisas num universo de mais de 20 mil colegas de serviço da Polícia Civil, da Polícia Militar e dos bombeiros, sabemos que às vezes existem algumas divergências e sempre procuramos buscar o melhor caminho para todos.

E assim faremos nesse projeto dos bombeiros, sendo que na semana que vem talvez cheguemos a uma definição. Na quarta-feira da próxima semana teremos a reunião da comissão de Segurança e esse será mais um assunto que levaremos para o debate.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, desejo, neste espaço de Explicação

Pessoal, falar sobre três assuntos que julgo da maior importância.

O primeiro assunto diz respeito a uma indicação que fiz preocupado com o acordo que foi assinado pelo governo do estado com o Banco do Brasil, quando da incorporação do Besc, acordo esse que se encerra este ano. Nós estamos preocupados e precisamos fazer uma mobilização, sr. presidente, para garantir o funcionamento das agências que estão instaladas nos pequenos municípios e que muitas vezes são as únicas agências que atendem aos aposentados, aos agricultores, às donas-de-casa e aos microempresários. Se essas agências fecharem, os municípios serão drasticamente atingidos e terão muito prejuízos.

A imprensa tem noticiado esse assunto e entendo que o Parlamento catarinense deve mobilizar-se para que sejam mantidas todas as agências em funcionamento nos municípios de Santa Catarina. Por quê? Porque o Banco do Brasil é nosso. Ele tem e deve manter um viés social. Quer dizer, se a agência de um pequeno teoricamente não dá lucro financeiro, o banco tem que julgar esse "prejuízo", entre aspas, como um investimento social, em favor da comunidade, da cidadania.

Portanto, deixo aqui essa minha preocupação, que certamente é de todos nós.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Darci de Matos, pela generosidade do aparte.

Quero dizer-lhe que acompanhei as notícias a respeito, bem como a aprovação da indicação de sua autoria. Informo ainda que vi a mesma preocupação por parte de outros deputados, tanto é que tomamos a iniciativa, há duas semanas, de encaminhar ofício a todos os prefeitos e presidentes de Câmaras Municipais das 295 cidades catarinense alertando para essa preocupação. Não no sentido de alarmar, mas no sentido de dizer que o contrato

vence no dia 5 de outubro de 2013, ou seja, depois de amanhã.

É preciso, portanto, que o governador do estado e a superintendência do Banco do Brasil em Santa Catarina cheguem a um acordo para que não sejam fechadas as portas dessas agências pioneiras às quais v.exa. se refere.

Então, estamos juntos nessa questão importantíssima à economia, à vida social, à qualidade de vida das pessoas que moram nessas cidades.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Ouço o nobre colega.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Darci de Matos, eu não poderia deixar de dar-lhe um aparte, tomando um pouco do seu tempo, mas o assunto é importante e quanto mais vezes se somarem a essa causa melhor será.

Entendo fundamental que o Banco do Brasil mantenha as agências desses municípios espalhados por Santa Catarina. O processo de fusão foi necessário naquele momento para salvar o Besc, que se encontrava com problemas, mas é fundamental a manutenção das agências.

Dessa forma, somo-me a v.exa., ao deputado Sargento Amauri Soares e a todos aqueles que estão lutando pela manutenção dessas agências. E faço deste microfone um apelo para que o Banco do Brasil não proceda a qualquer fechamento de agência em Santa Catarina sem que haja uma ampla discussão nesse sentido, da forma mais pública possível, para que se possa, inclusive, colocar os argumentos pela manutenção das agências dos pequenos municípios.

Parabéns a v.exa. pela intervenção e estamos juntos nessa reivindicação.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, desejo também falar rapidamente de um outro assunto que reputo da maior importância para o estado de Santa Catarina e, sobretudo, para a comunidade.

No mês de junho agendei uma audiência com o presidente do Badesc, dr. João Paulo Kleinübing, da qual participaram também o deputado José Milton Scheffer, o sr. Hilário, que é da Associação dos Hospitais e preside uma organização social que faz a gestão do hospital de Campo Alegre e do Hospital Bethesda, de Pirabeiraba, além do presidente da Federação dos Hospitais Públicos de Santa Catarina.

Sr. presidente e srs. deputados, nesse dia solicitamos uma linha de crédito para financiar as dívidas dos hospitais comunitários de Santa Catarina, pois sabemos que se não fosse o trabalho incansável e dedicado dos hospitais comunitários a saúde do povo catarinense seria certamente outra, teria outra condição.

A pauta da audiência prosperou, o presidente do Badesc levou o assunto ao governador João Raimundo Colombo que, com muita sensibilidade, tocou o projeto adiante. E foi assim que criado há poucos dias, sr. presidente, o Badesc Saúde, que criou uma linha de crédito para financiar a dívida dos hospitais.

O convênio foi assinado pelo governador no dia 29 de agosto de 2013. Os recursos são do BNDES e devem ser liberados em 60 dias. Serão beneficiados 186 hospitais, que têm 67% dos leitos do SUS em Santa Catarina.

A dívida desses hospitais hoje, sr. presidente, chega a aproximadamente R\$ 200 milhões. Nós sabemos que a cada R\$ 100,00 gastos por esses hospitais em atendimento, o SUS repassa somente R\$ 60,00. Portanto, essa atitude do governador João Raimundo Colombo, proposta por nós, numa audiência realizada no Badesc com a Federação dos Hospitais, deputado Serafim Venzon, v.exa. é altamente meritória.

Portanto, estão de parabéns o Badesc e o governador Raimundo Colombo, pois essa linha de crédito para financiar as dívidas dos hospitais comunitários dará outra condição a esses estabelecimentos, porque se o hospital está inadimplente, as portas se fecham para ele, que não pode mais receber recursos públicos.

Portanto, o Badesc Saúde é um programa da maior importância para os hospitais e, sobretudo, para a comunidade catarinense.

Quero parabenizar o presidente do Badesc e parabenizar, sobretudo, o governador Raimundo Colombo pela atitude sensível, inteligente e corajosa.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Darci de Matos, meus parabéns por levantar esse tema.

O governo do estado tem feito vários esforços para reerguer os hospitais, mas paralelamente a essa iniciativa do governador precisamos encontrar uma forma de aportar um volume maior de recursos, principalmente através do SUS, que deve pagar pelo menos o preço real dos serviços prestados pelos hospitais.

A maioria dos débitos que os hospitais têm decorre justamente da insuficiência de pagamento pelos serviços de saúde prestados através do SUS. Ou seja, qualquer serviço que o hospital presta, ele gasta muito mais do que aquilo que recebe. Daí a importância desse apoio que o governo do estado tem dado, mas, repito, é preciso encontrar outras formas para aportar um maior volume de recursos nos hospitais comunitários.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Eu quero parabenizar v.exa. pelo alerta que fez quanto ao possível fechamento de agências do Banco do Brasil em pequenos municípios catarinenses. Porque se isso se concretizar, os pequenos municípios passarão por grandes dificuldades econômicas.

Então, temos que lutar para que o Banco do Brasil permaneça em todos os municípios. É importante para Santa Catarina, é importante para

a descentralização e o fortalecimento da economia dos pequenos municípios.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - V.Exa. é do extremo oeste e conhece as grandes dificuldades que afligem os pequenos municípios do estado de Santa Catarina no dia a dia.

Portanto, sr. presidente, a permanência das agências se reveste da maior importância para a economia dos pequenos municípios do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, primeiramente quero convidar todos os catarinenses para participarem da 28ª Festa Nacional do Marreco, que acontece até o dia 13 de outubro.

Quero fazer um breve comentário com relação ao desempenho econômico do Brasil. Santa Catarina é um dos estados que despontam nacionalmente na socialização da sua economia, mas que também sofre muito com a queda do Produto Interno Bruto.

Na verdade, na última década o Brasil cresceu em torno de 2,2%, bem menos do que a média global, que foi 4,1%, e da média da América Latina, que foi de 3,7%. Perdemos para todos os países latino-americanos, até para a Bolívia e a Venezuela. Mas a previsão era de que este ano tivéssemos um desempenho em torno de 3,1%, ou seja, iríamos crescer um pouco com relação à média da última década.

Contudo, segundo a *Folha de S. Paulo*, o Banco Central está preocupado com o desempenho da economia nacional e já prevê que o desempenho será em torno de 2,5 % ou menos. E traz uma tabela. A indústria, por exemplo, cresceu em agosto aproximadamente 1,2%; em setembro, 1,1%. Já a construção civil, que aparentemente é um setor forte, cresceu em julho e agosto em torno de 1,1% e em setembro 1,9%.

Na verdade, a média do crescimento do PIB nacional até julho foi em torno de 2,2% por conta, principalmente, do comércio e dos serviços. A nossa produção caiu, e muito. E os números se mantiveram ainda positivos por conta do comércio e dos serviços, e não da produção.

Entretanto, de agosto para setembro a média caiu no que se refere aos serviços também. O que se conclui é que aquele comentário que a revista *The Economist* fez a respeito do Brasil, colocando-o, dentre os países emergentes, como o que teve o pior desempenho, parece ser verdadeiro.

Acompanhamos, na semana passada, notícias que dão conta de que dentre a população economicamente ativa, 90% estão endividados, estão pagando prestação, comprando em vezes. Pessoas que podem comprar eletrodomésticos, carros, roupas, estão usando o crédito, estão pagando juros para alguém, estão pagando prestações em dez, 15, 20 vezes. Por exemplo, quando terminam de pagar o carro financiado em 24 meses, na verdade o valor daria para pagar pelo menos dois veículos. Também é assim no programa Minha Casa, Minha Vida, porque o cidadão compra a casa, mas está pagando muitos juros, entre 100% e 200%, ou seja, ele compra uma casa e acaba pagando duas!

Então, o setor que está salvando o índice alto do PIB nacional é o agroindustrial, a agropecuária, que nos meses de julho e agosto cresceu 8,4% e em setembro e outubro a previsão de crescimento é de 10,5%.

Esse crescimento da agropecuária vem desde 2010, quando a produção foi de R\$ 308,9 bilhões; em 2011 passou para R\$ 351 bilhões; em 2012, para R\$ 375 bilhões e em 2013, a previsão é que chegue à casa dos R\$ 412 bilhões. É por conta disso que o nosso PIB não cresce apenas 1,1% ou 1,2%. Se não fosse o setor agrícola, o crescimento do PIB seria pífio.

Portanto, sr. presidente e srs. deputados, o setor agropecuário é que salvou não somente a lavoura, mas o nosso PIB.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Parabéns pela sua avaliação, deputado Serafim Venzon, realmente precisamos crescer mais e melhorar essa questão da previsão.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.